

PARA ALÉM DE UM “CASAMENTO INFELIZ”: UMA CRÍTICA À TEORIA DOS SISTEMAS DUPLOS¹

BEYOND THE UNHAPPY MARRIAGE: A CRITIQUE OF THE DUAL SYSTEMS THEORY

MÁS ALLÁ DEL MATRIMONIO INFELIZ: UNA CRÍTICA AL SISTEMA DUAL

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i1.67475>

Iris Young

(Tradução: Livia de Cássia Godoi Moraes². Revisão de tradução: Pedro Alves Gomes³)

Até no seu título, o ensaio de Hartmann reflete o que tem sido o projeto específico do feminismo socialista: “casar” os melhores aspectos da nova onda da teoria feminista, desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970, com a teoria marxiana [*marxian*]⁴, deste modo, transformando a teoria marxiana [*marxian*]. Hartmann argumenta que, até o atual momento, esse casamento não foi exitoso. A autora recomenda que, para consolidar o casamento entre o marxismo e o feminismo, se faz premente o desenvolvimento de uma teoria que dê tanto peso ao sistema do patriarcado quanto ao sistema capitalista. Em vez de encarar a situação particular das mulheres como um efeito do capitalismo – como ela acredita que fazem Engels, Mitchell, Dalla Costa e Zaretsky – deveríamos compreender que o sistema do patriarcado tem, no mínimo, igual relevância ao sistema capitalista para a compreensão da situação das mulheres. A teoria feminista socialista deve, portanto, acompanhar as “leis do movimento” do sistema do patriarcado, sua dinâmica interna e suas contradições, e elucidar a forma como elas interagem e podem, até mesmo, conflitar com a dinâmica interna do capitalismo.

O ensaio de Hartmann não é o primeiro a propor essa teoria dos sistemas duplos⁵ para o feminismo socialista. Pelo contrário, a maioria das feministas socialistas adota alguma versão dessa teoria. No entanto, vou argumentar que a teoria dos sistemas duplos não vai reparar o casamento infeliz entre o marxismo e o feminismo. Há boas razões para acreditar que a situação das mulheres não é condicionada por dois sistemas distintos de relações sociais que têm estruturas, movimentos e histórias distintos. O marxismo feminista não pode se contentar com um mero “casamento” de duas teorias, o marxismo e o feminismo, refletindo dois sistemas, o capitalismo e o patriarcado. Em vez disso, o projeto do feminismo socialista deve ser o de desenvolver uma única teoria que aproveite o que há de melhor no marxismo e no

feminismo radical, que possa compreender o patriarcado capitalista como um sistema em que a opressão às mulheres é um atributo *central*.

A TEORIA DOS SISTEMAS DUPLOS

Tal como acontece com a maioria dos outros proponentes da teoria dos sistemas duplos, a insatisfação com o marxismo tradicional e com o feminismo radical, considerados isoladamente, foi o que motivou Hartmann a desenvolver a sua concepção dessa teoria. Ela afirma que as categorias do marxismo tradicional são essencialmente indiferentes ao gênero e que, por isso, as análises marxianas [*marxian*] da situação das mulheres no capitalismo falharam em trazer ao foco, questões da diferenciação e da hierarquização dos gêneros.

A teoria feminista corrigiu essa falha ao desenvolver o conceito de patriarcado para descrever e analisar a hierarquia de gênero. Segundo Hartmann, a teoria feminista radical, no entanto, tem vários problemas. Centra-se de forma demasiadamente exclusiva na criação de filhos e filhas como fator determinante da situação das mulheres. Tende a ver o patriarcado como um fenômeno meramente psicológico ou cultural, em vez de um sistema sustentado em bases materiais das relações sociais realmente existentes. Por último, a concepção feminista radical tende a considerar o patriarcado como fundamentalmente imutável ao longo da maior parte da história, senão de toda ela.

Hartmann propõe, então, uma teoria dos sistemas duplos para remediar as fragilidades do marxismo tradicional e do feminismo radical. Segundo ela, temos que compreender a opressão às mulheres na nossa sociedade como um efeito de *ambos* os sistemas, tanto do capitalismo como do patriarcado. O patriarcado é definido como “um conjunto de relações sociais entre homens, que têm uma base material, e que, embora hierarquizadas, estabelecem ou criam interdependência e solidariedade entre eles, lhes possibilitando dominar as mulheres” (Hartmann, 1981, p. 14.)

As relações patriarcais são fenômenos distintos das relações econômicas de produção analisadas pelo marxismo tradicional. O capital e o patriarcado são formas distintas de relações sociais e conjuntos distintos de interesses que não se mantêm em qualquer relação necessária e até mesmo existem em situação de potencial conflito. Embora seja difícil separar analiticamente os elementos específicos da sociedade que pertencem ao patriarcado e os que pertencem ao capitalismo, temos que tentar fazê-lo. Devemos isolar as “leis de movimento” específicas do patriarcado, distintas do modo e relações da produção, e compreender as contradições específicas do sistema do patriarcado na sua relação com as contradições específicas do sistema do capitalismo⁶.

Todas as versões da teoria dos sistemas duplos partem da premissa de que as relações patriarcais designam um sistema de relações distinto e independente das relações de produção descritas pelo marxismo tradicional. A forma como o patriarcado é separado do sistema econômico de relações de produção pode seguir duas direções. Por um lado, é possível manter o conceito feminista radical de patriarcado como uma estrutura ideológica e psicológica. Nesse caso, a teoria dos sistemas duplos daí resultante tentará dar explicações sobre a interação dessas estruturas ideológicas e psicológicas com as

relações materiais da sociedade. Por outro lado, é possível desenvolver uma explicação do patriarcado como sendo ele próprio um sistema de relações sociais materiais, que existe de forma independente das relações sociais de produção, e interage com elas.

A abordagem de Juliet Mitchell, em *Psychoanalysis and Feminism* [*Psicanálise e feminismo*], representa um exemplo da primeira dessas direções. Ela toma o patriarcado como uma estrutura ideológica formal e universal. “O patriarcado é descrito como uma cultura universal – no entanto, cada modo de produção específico o expressa de formas ideológicas diferentes”⁷.

Os homens entram nas estruturas históricas dominadas pela classe, enquanto as mulheres (como mulheres, independentemente do seu trabalho na produção real) permanecem definidas pelo sistema de organização baseado em parentesco. As diferenças de classe, de época histórica, de situação social específicas alteram a expressão da feminilidade; mas, em relação à lei do pai, a posição geral das mulheres é comparável em todos os domínios⁸.

A ideia de Mitchell parece ser a de que as estruturas patriarcais que, segundo ela, são articuladas pela teoria freudiana, existem como um pano de fundo ideológico pré ou a-histórico para as transformações no modo de produção. Essa estrutura ideológica e psicológica, que se encontra fora das relações econômicas, persiste da mesma forma ao longo do tempo. A autora não nega, evidentemente, que a situação das mulheres muda concretamente em diferentes circunstâncias sociais. Essa variação na situação das mulheres é explicada pela forma como as estruturas particulares de um determinado modo de produção interagem com as estruturas universais do patriarcado.

Essa concepção da teoria dos sistemas duplos desistoriciza e universaliza, de forma inadequada, a opressão às mulheres. Representar o patriarcado como um sistema universal, que mantém a mesma estrutura básica ao longo da história, pode levar a sérias discriminações culturais, raciais e de classe⁹. Descrever as diferenças de forma e caráter da situação das mulheres em circunstâncias sociais diversas como meras “expressões” distintas de um único e mesmo sistema universal de patriarcado, não responde à profundidade e à complexidade da opressão às mulheres.

O principal problema dessa concepção da teoria dos sistemas duplos é, contudo, o fato de não conseguir atribuir ao alegado sistema do patriarcado igual peso e independência ao sistema do modo de produção. Concebe todas as relações sociais concretas como pertencentes ao sistema econômico das relações de produção. Assim, não dá qualquer peso material ao sistema do patriarcado, definindo a sua essência como independente do sistema de relações de produção. Desse modo, acaba por ceder à teoria tradicional das relações de produção o papel principal na explicação da situação das mulheres. A teoria do patriarcado fornece a forma da opressão às mulheres, mas a teoria marxista [*marxist*] tradicional fornece o seu conteúdo, especificidade, diferenciação e motores de mudança. Assim, essa concepção da teoria dos sistemas duplos não consegue ser exitosa na tentativa de enfraquecer o marxismo tradicional, porque concede a ele a hegemonia teórica sobre as relações sociais historicamente materiais¹⁰.

Reconhecendo essas fragilidades na primeira versão para uma teoria dos sistemas duplos, Hartmann elege a segunda. A autora salienta que o patriarcado tem uma base material na estrutura das relações concretas e sustenta que o próprio sistema do patriarcado passa por transformações históricas.

No entanto, são precisamente esses pontos fortes da exposição de Hartmann que debilitam o seu argumento em favor de uma teoria dos sistemas duplos que concebe o patriarcado como um sistema distinto das relações de produção. Se, como Hartmann defende, “a base material sobre a qual se assenta o patriarcado é, fundamentalmente, o controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres” e se “os homens mantêm esse controle excluindo as mulheres do acesso a alguns recursos produtivos essenciais” (Hartmann, 1981, p. 15), então não parece possível separar o patriarcado de um sistema de relações sociais de produção, mesmo para fins analíticos. Se, como Hartmann afirma, as relações sociais patriarcais no capitalismo contemporâneo não se confinam à família, mas existem também no local de trabalho capitalista e em outras instituições fora da família, é difícil reconhecer o princípio que permite separar essas relações patriarcais das relações sociais do capitalismo. Hartmann admite que “os mesmos aspectos, como a divisão do trabalho, reforçam, muitas vezes, tanto o patriarcado quanto o capitalismo, e, em uma sociedade capitalista completamente patriarcal, é difícil isolar os mecanismos do patriarcado” (Hartmann, 1981, p. 29). Ainda assim, ela insiste que devemos tratar o patriarcado separadamente. Parece razoável admitir, contudo, que, se o patriarcado e o capitalismo se manifestam em estruturas sociais e econômicas idênticas, pertencem a *um* sistema, e não a dois.

Várias teóricas dos sistemas duplos que adotam a segunda abordagem, concebendo o patriarcado como um conjunto de relações materiais distintas, resolvem esse problema colocando o patriarcado como um sistema ou modo de produção em si mesmo, que existe em separado do modo de produção capitalista. Ann Ferguson, por exemplo, argumenta que a família, ao longo da história, é o local de um tipo particular de produção distinto da produção de bens materiais. Essa autora chama esse tipo de produção de “produção sexo-afetiva”, a qual se configura por relações de produção próprias e distintas das relações capitalistas. Os homens exploram as mulheres na família nuclear contemporânea, se apropriando, sem reciprocidade, do seu trabalho sexo-afetivo. As mulheres constituem, por conseguinte, uma classe distinta, no sentido marxiano [*marxian*] tradicional. A interação do patriarcado e do capitalismo na sociedade contemporânea consiste na interação mútua desses dois modos de produção que se sobrepõem e estão em tensão um com o outro¹¹. As feministas socialistas, que consideram a família no capitalismo como um vestígio do modo de produção feudal¹², têm uma posição semelhante no que diz respeito à situação das mulheres na sociedade contemporânea (ou seja, estruturada pela interação de dois modos de produção), tal como as que pretendem distinguir o modo de reprodução do modo de produção¹³. Hartmann distingue, da mesma forma, dois “tipos” ou “aspectos” da produção: a produção de pessoas e a produção de coisas. Contudo, ela não coloca a “produção de pessoas” como um *modo* de produção distinto¹⁴, nem pretende restringir esse tipo de produção à família, embora não esteja nítido onde e como ocorre, nem como pode ser diferenciado das relações nas quais as pessoas produzem coisas.

Para se ter uma teoria de sistemas duplos que conceba o patriarcado como um sistema de relações concretas, bem como uma estrutura ideológica e psicológica, parece necessário colocar o patriarcado dessa forma: como um sistema de produção distinto. No entanto, quase invariavelmente, essa abordagem se baseia naquilo que Rosalind Petchesky chama de um “modelo de esferas separadas”, que,

geralmente, distingue a família da economia, e coloca as relações específicas do patriarcado no interior da família¹⁵. Há, no entanto, uma série de problemas com o modelo de esferas separadas.

Uma das características que define o capitalismo é a separação entre a atividade produtiva e as relações de parentesco e, por conseguinte, a criação de duas esferas da vida social. Tal afirmação, e a demonstração de como essa separação criou uma situação historicamente única para as mulheres, tem sido uma das principais realizações da análise feminista socialista¹⁶. O modelo de esferas separadas, pressuposto por muitas teóricas dos sistemas duplos, tende a atribuir uma forma universal a essa divisão entre família e economia, específica do capitalismo¹⁷. Ademais, mesmo dentro do capitalismo, essa separação pode ser ilusória. No seu artigo “The Other Side of the Paycheck”, Batya Weinbaum e Amy Bridges argumentam, por exemplo, que o capitalismo contemporâneo não só racionalizou e socializou as operações de produção de acordo com as suas necessidades de dominação e lucro, como também racionalizou e socializou o trabalho privado de consumo¹⁸.

Porque o modelo de esferas separadas assume que a esfera primária das relações patriarcais é circunscrita à família, falha em colocar em evidência o caráter e o grau da opressão específica às mulheres, enquanto mulheres, fora da família. Por exemplo, é difícil visualizar o uso que o capitalismo contemporâneo faz das mulheres enquanto símbolos sexuais para promover o consumo como uma função de uma esfera separada, distinta das exigências econômicas do capitalismo monopolista. De modo mais mundano, a teoria dos sistemas duplos não parece ter as ferramentas teóricas necessárias para identificar e analisar as formas específicas de opressão sexista que as mulheres sofrem no local de trabalho contemporâneo. Quando se constata que, nos Estados Unidos, mais de metade das mulheres com mais de dezesseis anos trabalha, e mais de 90% delas o faz fora da unidade doméstica em algum momento de suas vidas, uma fragilidade teórica como a mencionada pode servir aos interesses do próprio capitalismo contemporâneo.

Essa é, em termos mais gerais, a objeção final a qualquer teoria dos sistemas duplos. Seja qual for a sua formulação, a teoria dos sistemas duplos permite ao marxismo tradicional manter basicamente inalterada a sua teoria das relações de produção, da mudança histórica e da análise da estrutura do capitalismo. Essa teoria, como Hartmann assinala, é completamente indiferente em relação ao gênero. A teoria dos sistemas duplos aceita, portanto, a análise das relações de produção que não leva em conta o gênero, acrescentando-lhe unicamente uma concepção separada das relações de hierarquia entre os gêneros. Assim, como no marxismo tradicional, a teoria dos sistemas duplos tende a ver a questão da opressão às mulheres como uma mera adição às questões centrais do marxismo.

Todavia, enquanto as feministas segurem dispostas a ceder ao marxismo tradicional a teoria das relações sociais materiais advindas da atividade laboral, o casamento entre o feminismo e o marxismo não poderá ser feliz. Se, como Hartmann afirma, a base do patriarcado é o controle sobre o trabalho das mulheres, que as exclui do acesso aos recursos produtivos, então as relações patriarcais estão internamente relacionadas com as relações de produção no seu conjunto. Desta feita, enquanto o feminismo não desafiar a pertinência da teoria tradicional das relações de produção, a teoria marxiana [marxian] continuará a dominá-lo. Se o marxismo tradicional não tem espaço teórico para a análise das relações de gênero e da

opressão às mulheres, então essa teoria é uma teoria inadequada das relações de produção. A nossa investigação histórica, aliada às nossas intuições feministas, nos diz que o trabalho das mulheres ocupa um lugar central em qualquer sistema de produção, e que a hierarquia sexual é um elemento crucial em qualquer sistema de dominação¹⁹. Para corresponder a essas intuições, precisamos de uma teoria das relações de produção e das relações sociais que derive dessas relações e as reforce, e que tome as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos *centrais*. Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo em uma teoria. Temos que desenvolver um quadro analítico que considere as relações sociais materiais de uma determinada formação social histórica como um sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central.

ANÁLISE DA DIVISÃO DO TRABALHO

Neste ensaio, proporei que a divisão do trabalho por gênero deve ser uma categoria central para tal teoria, e esboçarei o modo como essa categoria pode funcionar em um materialismo histórico feminista. Na minha leitura, muitas análises feministas socialistas concretas, incluindo algumas que propõem uma teoria de sistemas duplos, não tomam como categoria central o patriarcado, mas sim a divisão do trabalho por gênero. Assim, ao defender a divisão do trabalho por gênero como categoria central do materialismo histórico feminista, creio que estou explicitando uma característica da teoria feminista socialista já existente.

Para o marxismo tradicional, a categoria central de análise é classe social. As feministas afirmaram, com razão, que essa categoria não ajuda a analisar a opressão específica às mulheres, ou mesmo a identificá-la. O conceito de classe é, decerto, indiferente em relação ao gênero. Foi precisamente essa falha conceitual da categoria classe que contribuiu para o aparecimento da teoria dos sistemas duplos. Uma vez que a classe funciona como o conceito central da teoria marxiana [*marxian*] das relações sociais, e já que não oferece lugar para a análise da diferenciação e hierarquia de gênero, parece não haver alternativa senão procurar outra categoria e outro sistema em que as relações de gênero possam aparecer. Sugiro, entretanto, que há outra alternativa. Concordando que a categoria de classe é indiferente em relação ao gênero e, portanto, incapaz de expor a situação das mulheres, podemos, apesar disso, permanecer dentro do enquadramento materialista, elevando a categoria da *divisão do trabalho* a uma posição tão fundamental quanto, se não mais fundamental, do que a de classe. Essa categoria *pode* nos fornecer meios para analisar as relações sociais da atividade laboral, diferenciando-a por gênero.

A categoria da divisão do trabalho aparece na obra de Marx quase tão frequentemente quanto a categoria de classe social, e ele utiliza ambas de forma igualmente ambígua e equívoca. Perguntamo-nos, então, por que a categoria de classe social foi adotada, refinada e desenvolvida pela tradição teórica marxista [*marxist*], enquanto a categoria de divisão do trabalho permaneceu subdesenvolvida? Em *The German Ideology* [*A Ideologia Alemã*], a divisão do trabalho funciona como uma categoria mais ampla e mais fundamental do que a de classe²⁰. Além disso, a divisão do trabalho explica as clivagens e contradições específicas de uma classe²¹. A categoria da divisão do trabalho pode não só remeter a um conjunto de

fenômenos mais amplo do que o de classe, mas também mais concreto. Diz respeito especificamente à *atividade* do trabalho em si e às relações sociais e institucionais específicas dessa atividade, e não a uma relação com os meios de trabalho e os produtos do trabalho, como acontece com a classe²². O lugar específico dos indivíduos na divisão do trabalho explica a sua consciência e o seu comportamento, bem como as relações específicas de cooperação e conflito em que se encontram as diferentes pessoas²³.

Esses atributos da divisão do trabalho, enquanto categoria mais concreta no seu nível de análise, e mais ampla em extensão do que a categoria de classe, fazem dela um elemento indispensável em qualquer análise das relações sociais envolvidas na atividade laboral, e dela decorrentes. Cada categoria implica um nível de abstração diferente. A análise de classe visa obter uma visão do sistema de produção como um todo e, por conseguinte, interroga sobre as mais amplas divisões sociais da propriedade, controle e apropriação do produto excedente. Nesse nível de abstração, contudo, muito do que se refere às relações de produção e às bases materiais da dominação permanece oculto. A análise da divisão do trabalho procede ao nível mais concreto das relações particulares de interação e interdependência no interior de uma sociedade que a diferencia em uma rede complexa. Descreve as principais divisões estruturais entre os membros de uma sociedade de acordo com a sua posição na atividade laboral, e avalia o efeito dessas divisões no funcionamento da economia, nas relações de dominação e nas estruturas políticas e ideológicas.

Acredito que elevar a divisão do trabalho a um nível de precisão e centralidade tão importante quanto a da categoria classe social pode ter implicações para a análise do fenômeno, para além da diferenciação por gênero. Por exemplo, as questões em torno do papel dos profissionais e dos trabalhadores do Estado no capitalismo contemporâneo podem ser melhor resolvidas através da análise da divisão do trabalho do que da análise de classe. Outro exemplo seria a análise da tensão racial na classe trabalhadora contemporânea, bem como na sociedade como um todo, que pode ser beneficiada pela investigação das correlações da raça com aspectos da divisão do trabalho contemporânea. Finalmente, a presença indubitável de relações de dominação nas sociedades socialistas atuais pode ser melhor analisada em termos de divisão do trabalho do que em termos de classe²⁴.

No entanto, o que me interessa aqui são as implicações da análise da divisão do trabalho para a teoria feminista. Argumentei até agora que uma análise completa das relações materiais de uma formação social requer um exame específico da divisão do trabalho, e que essa investigação não deriva, nem se reduz, à análise de classe. Um aspecto crucial da divisão do trabalho em todas as sociedades existentes até hoje é uma divisão do trabalho a partir da diferenciação por gênero que afeta toda a sociedade. Assim, uma análise completa das relações econômicas de produção, em uma formação social, requer uma atenção específica à divisão do trabalho por gênero.

DIVISÃO DO TRABALHO POR GÊNERO

Com o termo “divisão do trabalho por gênero” pretendo me referir a toda a diferenciação do trabalho estruturada por gênero em uma sociedade. As tarefas tradicionais das mulheres, como a

reprodução biológica, criação de filhos e filhas, cuidado de doentes, limpeza, produção de refeições, etc., são incluídas na categoria de trabalho, tanto quanto a produção de objetos em uma fábrica. A utilização da categoria de produção ou de trabalho para designar apenas a produção de objetos materiais concretos em uma fábrica moderna tem sido uma das tragédias desnecessárias da teoria marxiana [marxian]²⁵. Por “relações de produção” ou “relações sociais decorrentes da atividade laboral” devem ser entendidas as relações sociais envolvidas em *qualquer* tarefa ou atividade que a sociedade defina como necessária. Assim, na nossa própria sociedade, por exemplo, a relação entre as prostitutas e os cafetões, ou as organizações para quem trabalham, é uma relação de produção, nesse sentido. A utilização da categoria da divisão do trabalho por gênero permite analisar as relações sociais decorrentes da atividade laboral de toda uma sociedade, segundo o eixo de gênero²⁶.

No mínimo, parece que uma análise da divisão do trabalho por gênero deveria tentar responder às seguintes questões: Quais são os principais eixos da divisão do trabalho por gênero em determinada formação social, e qual é a natureza e o significado social das tarefas especificadas por gênero? Como é que a divisão do trabalho por gênero está subjacente a outros aspectos da organização econômica, e de que forma está subordinada às relações de poder e de dominação na sociedade, incluindo a hierarquia de gênero? Como é que a divisão do trabalho entre os gêneros se relaciona com a organização das relações sexuais e de parentesco? O que explica a origem e a transformação dessa estrutura específica de divisão do trabalho por gênero? Como é que as transformações na divisão do trabalho por gênero conduziram a mudanças nas relações entre homens e mulheres, outras relações econômicas, nas relações políticas e nas estruturas ideológicas?

A análise da divisão do trabalho por gênero pode apresentar uma série de vantagens em relação à abordagem da teoria dos sistemas duplos. Coloca as relações de gênero e a posição das mulheres no centro da análise materialista histórica. Uma explicação marxiana [marxian] das relações sociais de produção deve colocar em evidência a situação específica das mulheres através da análise da divisão do trabalho por gênero. Se não o fizermos, não estaremos apenas diminuindo ou a ignorando o significado da dominação masculina, o que já é suficientemente ruim, mas também perderemos elementos cruciais da estrutura das relações econômicas e sociais como um todo. Por exemplo, certamente faz diferença para a organização econômica das sociedades grega e romana, bem como para o seu modo de produção escravista, as mulheres gerirem os lares. As mulheres, dessa forma, tinham uma relação mais direta com os escravizados da família, enquanto os homens tinham mobilidade para o comércio e para a guerra, bem como tempo livre para a produção de cultura e participação na política²⁷. Uma observação similar pode ser feita sobre as mulheres da classe dominante na Europa medieval²⁸.

A análise da divisão do trabalho por gênero pode proporcionar uma forma de encarar as relações de gênero não apenas como um aspecto central das relações de produção, mas como fundamental para a sua estrutura. Isso porque a divisão do trabalho por gênero é a primeira divisão do trabalho e, nas sociedades ditas primitivas, é a única divisão do trabalho institucionalizada. O desenvolvimento de outras formas de divisão social do trabalho, como a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, pode, assim, ser explicado somente através do apelo às transformações na divisão do trabalho por gênero e ao

efeito que essas mudanças têm nas relações entre os membros de cada sexo, bem como às potencialidades que essas mudanças disponibilizam.

Mais importante ainda, uma investigação empírica séria pode revelar que a explicação feminista radical da classe baseada no sexo – uma explicação que a teoria dos sistemas duplos abandona – pode vir a se revelar apropriada para a teoria materialista histórica. Ao fazê-lo, não se argumentaria que a dominação de classe deriva da opressão sexual, como faz Shulamith Firestone em *The Dialectic of Sex* [*A dialética do sexo*]²⁹. Mas sim, se explicaria a emergência da sociedade de classes a partir de mudanças na divisão do trabalho por gênero. Engels, em *The Origin of the Family, Private Property and the State* [*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*], sugere algo nesse sentido, embora não reconheça as suas implicações, o que compromete toda a narrativa. Mais recentemente, em *The Underside of History*, Elise Boulding sugeriu uma ligação entre o surgimento da sociedade estratificada em classes e o fato de, em determinado momento das primeiras sociedades, os homens terem começado a se especializarem em algum ofício, algo que as mulheres não fizeram³⁰.

A análise da divisão do trabalho por gênero pode também explicar, em termos de estrutura social, as origens e a manutenção da subordinação das mulheres. Nem uma explicação biológica nem uma explicação psicológica podem demonstrar, por exemplo, como os homens, em determinada sociedade, ocupam uma posição institucionalizada de superioridade. Os homens só podem ocupar essa posição institucionalizada de superioridade se a organização das relações sociais decorrentes da atividade laboral lhe der um nível de controle e de acesso aos recursos que as mulheres não têm. A divisão do trabalho por gênero pode ajudar a explicar tal acesso diferenciado aos meios de trabalho e de controle e, por conseguinte, pode auxiliar na explicação da origem, da manutenção e da transformação das instituições de dominação masculina³¹.

Os elementos biológicos e psicológicos têm, evidentemente, o seu lugar na análise da situação e da opressão às mulheres. Um dos muitos fatores que condicionam a divisão do trabalho por gênero na maioria das sociedades, por exemplo, é a função reprodutiva biológica das mulheres. Além disso, qualquer explicação da divisão do trabalho por gênero pressupõe a existência de gêneros – ou seja, a divisão sociocultural e a classificação das pessoas por seu sexo biológico. Uma vez que qualquer divisão particular do trabalho por gênero pressupõe a identificação e a elaboração simbólica de gênero, precisamos de uma explicação do gênero. Essa explicação, penso, deve ser psicológica. A melhor descrição que temos até agora das origens, do significado simbólico e ideológico, e das implicações da diferenciação de gênero é a apropriação feminista da perspectiva freudiana em obras como *The Mermaid and the Minotaur*, de Dorothy Dinnerstein, e *The Reproduction of Mothering*, de Nancy Chodorow. De forma convincente, essas obras argumentam que a relação das mulheres com as crianças pequenas determina o desenvolvimento da diferenciação de gênero tal como a conhecemos, e explica por que as mulheres significam “o outro” na maioria das ideologias culturais³². No entanto, não se deve confundir essas explicações biológicas das origens da identidade de gênero e da sua estrutura simbólica com explicações do poder social que os homens exercem sobre as mulheres e da sua posição de relativo privilégio.... Ainda quando essas diferentes explanações se reforçam mutuamente, pertencem a diferentes níveis de análise.

A própria Hartmann parece considerar a divisão do trabalho por sexo como o fundamento da dominação masculina, talvez mesmo do próprio gênero.

A estrita divisão do trabalho por sexo, uma invenção social comum a todas as sociedades conhecidas, cria dois gêneros muito separados e a necessidade de homens e mulheres se juntarem por razões econômicas. [...] A divisão sexual do trabalho é também a base das subculturas sexuais em que homens e mulheres vivem a vida de forma diferente; é a base material do poder masculino que é exercido (na nossa sociedade) não só pelo fato de homens não fazerem tarefas domésticas e de assegurarem um emprego superior, mas também, no aspecto psicológico (Hartmann, 1981, p. 16).

O exame da divisão do trabalho por gênero permite-nos fazer uma análise material das relações sociais de trabalho em termos específicos de gênero, sem partir do princípio de que todas as mulheres em geral ou todas as mulheres de uma determinada sociedade vivem uma situação comum e unificada. Penso que essa é uma das principais vantagens de uma análise desse tipo. Uma vez que a teoria dos sistemas duplos defende a existência de um sistema distinto subjacente à opressão das mulheres, tende a afirmar que, enquanto mulheres, nos encontramos em situação idêntica, independentemente da nossa localização ou situação histórica. A análise da divisão do trabalho por gênero pode, no entanto, evitar essa falsa identificação, sem deixar de se centrar na situação específica do gênero e na opressão às mulheres. A análise da divisão do trabalho por gênero observa os grandes eixos de estruturação das relações de trabalho e de distribuição por gênero, e observa que determinadas tarefas e funções em uma determinada sociedade são sempre, ou quase sempre, desempenhadas por membros de um mesmo sexo. Isso não necessariamente compromete análises sobre a situação comum de todos os membros desse sexo. Em algumas sociedades, todas as mulheres têm de desempenhar algumas tarefas, contudo, na maioria das sociedades, as tarefas e posições das mulheres variam, ainda que sejam específicas de gênero.

A análise da divisão do trabalho por gênero não só pode ter em conta, nas suas descrições, as variações específicas da situação das mulheres, como pode explicar melhor essas variações do que a teoria dos sistemas duplos. Em particular, a explicação das variações no tipo ou grau de subordinação das mulheres em uma determinada sociedade exige uma referência ao que as mulheres fazem concretamente nela. Por exemplo, não é surpreendente que as mulheres tendem a estar em uma posição mais igualitária aos homens quando têm acesso a armas e à guerra do que quando os homens têm o monopólio sobre elas³³. A análise da divisão do trabalho por gênero pode, além disso, se revelar profícua para explicar por que, em algumas sociedades – na Iroquesa, por exemplo – as mulheres parecem não ocupar uma posição subordinada³⁴.

Ao dar centralidade aos fenômenos da divisão do trabalho por gênero, não pretendo afirmar que essa possa explicar todos os aspectos da situação das mulheres em determinada sociedade. Afirmo apenas que, ao descrever ou explicar um determinado fenômeno da situação das mulheres, é preciso articular a sua relação com a divisão do trabalho por gênero. Considero que a divisão do trabalho por gênero deve ser sempre uma *parte* – mas quase nunca a *única* parte – de uma explicação de algum aspecto da situação das mulheres³⁵.

Ao propor uma análise da divisão do trabalho por gênero para um materialismo histórico feminista, estou afirmando, ademais, que entender a estrutura econômica e as relações de dominação de uma formação social como um todo requer prestar atenção à estrutura da divisão do trabalho por gênero. Por meio dessa categoria, as feministas socialistas podem visualizar fenômenos de classe, dominação, relações de produção e distribuição, por um lado, e fenômenos de opressão às mulheres, por outro lado, como aspectos do mesmo sistema socioeconômico. Assim, podemos exigir de todos os marxistas que considerem questões da situação e opressão às mulheres como parte integrante de sua análise de uma formação social.

O principal propósito do material desta seção foi sugerir algumas direções para uma teoria materialista feminista que considerem a diferenciação por gênero como um elemento crucial na explicação das relações sociais de produção em uma sociedade. A necessidade de uma teoria que considere a posição das mulheres como crucial para a compreensão do sistema capitalista deve estar evidente neste momento. Na seção seguinte, esboçarei uma análise histórica da situação das mulheres no capitalismo que pode corresponder a tal teoria.

DIVISÃO POR GÊNERO E PATRIARCADO CAPITALISTA

Qualquer explicação histórica é uma reconstrução interpretativa dentro de um referencial teórico específico. Isso vale tanto para a história das mulheres quanto para qualquer outra forma de história. Considerando que a perspectiva teórica que se assume influencia a maneira como se dá a explicação histórica, tal explicação não pode confirmar ou rechaçar a teoria. Hartmann coloca sua análise do papel do salário familiar na história do capitalismo como se fosse uma evidência empírica, apoiada na alegação de que o patriarcado existe ao lado do capitalismo como uma estrutura independente, por vezes, conflitante com este último. Mas sua explicação, na verdade, pressupõe a teoria dos sistemas duplos.

Tanto em seu ensaio, como em seu artigo, “Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex”³⁶, Hartmann nos ofereceu evidências incontestáveis de que a opressão às mulheres na era moderna é complexa e perversa. Em suas análises históricas, ela aprimorou o feminismo marxista, oferecendo explicações sólidas das estruturas e mudanças no papel das mulheres no processo de trabalho e na economia como um todo, sob o capitalismo. Após esse trabalho, ninguém ousaria afirmar que a opressão às mulheres sob o capitalismo não existe, que é apenas um epifenômeno ou que está desaparecendo.

A questão não é se a opressão sexista às mulheres existe na sociedade capitalista, mas *como* devemos interpretar a opressão específica às mulheres. Hartmann e muitas outras afirmam que a opressão às mulheres na sociedade capitalista não se fundamenta na estrutura e dinâmica do capitalismo, mas em um conjunto independente de estruturas e dinâmica do patriarcado. Outras, como Ehrenreich e English em *For Her Own Good*, argumentam que a situação específica das mulheres sob o capitalismo se dá em função da estrutura da economia de mercadorias e das necessidades da ideologia burguesa³⁷. O ponto central da discussão gira em torno da compreensão do domínio masculino sob o capitalismo, se deve ser entendido como um sistema separado, ou como parte da estrutura interna do próprio capitalismo.

Em sua explicação da opressão às mulheres dentro da sociedade capitalista, Hartmann assume um modelo da estrutura e dinâmica do capitalismo como indiferente ao gênero. Em sua opinião, nada sobre a lógica do capitalismo em si requer diferenciação entre trabalhadores devido a características atribuídas, como sexo (ou raça). Nitidamente, Hartmann compartilha uma suposição sobre a natureza do capitalismo sustentada por teóricos liberais e marxistas: que a tendência inerente do capitalismo é homogeneizar a força de trabalho, reduzindo a importância dos *status* atribuídos com base em sexo, raça, origem étnica etc. Ela afirma que o desenvolvimento do capitalismo dos séculos XV ao XVIII minou o domínio masculino sobre as mulheres e ameaçou tornar as mulheres independentes e iguais aos homens. “A tendência teórica do capitalismo puro teria sido erradicar todas as diferenças arbitrárias de *status* entre trabalhadores, tornando todos eles iguais no mercado”³⁸. Ela argumenta que, dado que a dinâmica interna do capitalismo tende a tal homogeneização, somente a operação de um sistema separado de patriarcado pode explicar a contínua subordinação e o *status* desigual das mulheres.

Considero que abandonar a suposição de um capitalismo indiferente ao gênero permite abordar a história da condição das mulheres na sociedade capitalista sob uma luz mais reveladora. Uma análise da divisão do trabalho por gênero no capitalismo, que pergunte como se estrutura o próprio sistema em termos da diferenciação de gênero, pode dar explicações da situação das mulheres sob o capitalismo, em razão da estrutura e da dinâmica do próprio capitalismo. *Minha tese é que a marginalização das mulheres e, portanto, nosso funcionamento como uma força de trabalho secundária, é uma característica fundamental e essencial do capitalismo.*

Em seu livro, *Women in Class Society* [*A mulher na sociedade de classes*], Heleieth Saffioti argumenta que a marginalização do trabalho das mulheres é necessária ao capitalismo, e é a chave para entender a situação das mulheres sob o capitalismo. O capitalismo surge como o primeiro sistema econômico cuja natureza determina que nem todas as pessoas potencialmente produtivas sejam empregadas, e que também requer uma flutuação na proporção da população empregada. Saffioti argumenta que a existência do sistema requer, assim, que alguns critérios sejam elencados para distinguir o núcleo de trabalhadores primários de outros trabalhadores marginais ou secundários. A preexistência da ideologia patriarcal, juntamente com a necessidade de que as mulheres estejam próximas de crianças pequenas, operou para tornar o sexo o critério mais natural para dividir a força de trabalho³⁹. O capitalismo também usa critérios de raça e etnia, quando esses estão presentes na sociedade, mas a divisão sexual é sempre a mais óbvia e permanente; disso resulta que seja pouco provável que as mulheres sejam “integradas”.

Hartmann cita o indiscutível fato de que a subordinação social das mulheres existia antes do capitalismo como evidência de que nossa subordinação sob o capitalismo tem sua fonte em um sistema separado de relações sociais que interage com o sistema capitalista⁴⁰. No entanto, não precisamos chegar a tal conclusão. Um marxista não afirmaria que a existência da sociedade de classes antes do capitalismo demonstra que todas as sociedades de classes têm alguma estrutura comum, independente do sistema capitalista. As sociedades de classes passam por uma transformação histórica sistemática. Conforme já assinalado, é frágil a visão a-histórica do patriarcado, que o pensa como essencialmente inalterado, ainda que tenha havido mudanças em outras relações sociais. Uma vez que admitimos, com Hartmann, que a

forma e o caráter da opressão às mulheres passaram por uma transformação histórica fundamental, então a existência do patriarcado pré-capitalista não precisa mais ser considerada como evidência de que a dominação masculina na sociedade capitalista tem sua base em uma estrutura de relações sociais independente do próprio sistema capitalista.

Embora as mulheres na sociedade pré-capitalista não fossem, de forma alguma, iguais aos homens, todas as evidências apontam para a conclusão de que nossa situação se deteriorou com o desenvolvimento do capitalismo. Na sociedade pré-capitalista, as mulheres dominavam uma série de habilidades cruciais e, portanto, seu trabalho e seu conhecimento eram indispensáveis para a família, para o feudo e para a vila. Nos séculos XVI e XVII, as mulheres trabalhavam em igualdade de condições com os homens em muitas guildas de ofícios, e até controlavam algumas delas. As mulheres se dedicavam à indústria e ao comércio. A cultura pré-capitalista entendia o casamento como uma parceria econômica; os homens não esperavam “sustentar” as mulheres. A lei refletia essa igualdade relativa das mulheres, permitindo que elas fizessem contratos em seu próprio nome e retivessem suas próprias propriedades, mesmo estando casadas⁴¹.

Já no século XIX, a independência econômica das mulheres havia sido quase totalmente minada, e seus direitos legais eram praticamente inexistentes. O capitalismo empurrou as mulheres, pela primeira vez na história, para as margens da atividade econômica. Essa marginalização do trabalho das mulheres pelo capitalismo nunca significou que o trabalho delas tenha sido totalmente descartado da economia socializada. Em 1866, na França, por exemplo, as mulheres representavam 30% da força de trabalho industrial total⁴². Todavia, as mulheres foram designadas como uma força de trabalho secundária, que servia como uma reserva de mão de obra barata.

Ao longo da história do capitalismo, as mulheres desempenharam funções clássicas, as quais Marx caracterizou como exército industrial de reserva⁴³. Elas serviram como um grupo de trabalhadoras, que poderia ser incorporado para novas áreas de produção sem desalojar os já empregados, e também poderia ser utilizado para manter os salários baixos e para controlar a atuação política de todos os trabalhadores. Sempre que, na história do capitalismo, um grande número de novos trabalhadores foi necessário em indústrias novas e em expansão, foram as mulheres que, com maior frequência, ocuparam esses postos. As primeiras fábricas têxteis na Nova Inglaterra, por exemplo, assim como as gráficas, recrutavam ativamente mulheres⁴⁴. Muitas das ocupações que hoje são consideradas “trabalhos de mulheres” eram áreas de emprego que se abriram em grande número durante o século XIX, e que exigiam trabalhadores relativamente qualificados. Isso é verdade para a enfermagem, por exemplo, assim como o trabalho com vendas, telefonistas e tarefas administrativas⁴⁵.

Os empregadores sempre tenderam a exacerbar as divisões entre os trabalhadores para manter seus salários baixos e docilizá-los. As mulheres têm sido usadas permanentemente para tais propósitos. Ao longo da história do capitalismo, as mulheres têm sido utilizadas para furar as greves. Na história da industrialização, os capitalistas consistentemente substituíram os homens por mulheres e crianças quando mecanizaram o processo de produção. Depois, quando as demandas e as expectativas dos homens diminuía, eles recontratavam os homens e removiam as mulheres e crianças⁴⁶. Um padrão semelhante

parece ter operado durante a depressão da década de 1930. Os empregadores substituíram homens com salários altos por mulheres com salários mais baixos, até que as expectativas salariais dos homens caíssem, momento em que os empregadores mais uma vez substituíram as mulheres por homens⁴⁷. A literatura sobre segregação por sexo da força de trabalho contemporânea frequentemente sugere que empregos segregados por sexo seja uma novidade do século XX. Um olhar atento à história do capitalismo, no entanto, revela que são raras ocupações sexualmente mistas. Além disso, aqueles empregos em que, em determinado momento, as mulheres dominaram, geralmente receberam menor remuneração e menos prestígio do que os mesmos empregos a homens com habilidade similar⁴⁸. Portanto, as mulheres sempre serviram como uma força de trabalho secundária.

Inicialmente, a ideologia patriarcal preexistente e o fato de que, tradicionalmente, o trabalho das mulheres estivesse próximo à unidade doméstica, possibilitaram a marginalização do trabalho feminino, concedendo-lhe *status* secundário. A ideologia burguesa, no entanto, expandiu e romantizou significativamente, ao mesmo tempo em que banalizou, a associação das mulheres com a esfera doméstica e a dissociação com o trabalho fora da unidade doméstica. A ideologia da feminilidade, que definia as mulheres como não trabalhadoras, surgiu como consequência e justificativa para o processo de marginalização das mulheres já em curso. Em pleno século XIX, surgiram tratados argumentando que a verdadeira vocação das mulheres era a maternidade, que as mulheres eram muito frágeis para se envolverem em trabalhos pesados, que a atividade adequada às mulheres seria criar e nutrir uma atmosfera de acolhimento e conforto para sua família⁴⁹.

Os capitalistas promoveram ativamente, e continuam a promover, a ideologia da feminilidade para justificar baixos salários para as mulheres, com argumentos sobre sua indispensabilidade na unidade doméstica, e para impedir que as mulheres se organizem⁵⁰. Já que somente a mulher burguesa ou pequeno-burguesa poderia viver uma vida que correspondesse à ideologia da feminilidade, essa ideologia agiu como uma força poderosa nos desejos ascendentes da classe trabalhadora. As mulheres internalizaram a imagem da feminilidade e, tanto homens quanto mulheres, assimilaram a esposa “não trabalhadora” como um sinal de *status*. Deve-se notar aqui que, no interior da classe trabalhadora, uma esposa que não fosse uma trabalhadora assalariada era liberada para trazer renda por meio da produção de pequenos bens e outros artigos comercializáveis ou preparar as próprias comidas e confeccionar as roupas da família, no sentido de reduzir a necessidade de comprá-las.

Sem dúvida, os trabalhadores homens tinham motivações sexistas e usavam argumentos sexistas na luta pelo salário familiar, discutido por Hartmann, bem como na luta pela legislação protecionista de mulheres e crianças, as quais ocorreram quase que concomitantemente. Dada a história do capitalismo até aquele momento, no entanto, é possível observar esses motivos e argumentos como um efeito e consolidação da divisão capitalista de trabalho por gênero, que concedeu às mulheres uma posição marginal e secundária. É plausível explicar o sexismo dos trabalhadores homens sem apelar para um sistema de relações sociais independente do capitalismo, basta observar o caráter essencialmente patriarcal do próprio sistema do capitalismo. Explica-se isso em razão do capitalismo ser um sistema econômico no

qual a divisão do trabalho por gênero tem forma e estrutura historicamente específicas que, ao marginalizar o trabalho das mulheres, dá aos homens um tipo específico de privilégio e *status*.

O capitalismo não meramente usa ou se adapta à hierarquia de gênero, como a maioria dos teóricos dos sistemas duplos sugere. Desde o início, ele foi *fundado* na hierarquia de gênero, que definiu os homens como primários, e as mulheres como secundárias. As formas específicas de opressão às mulheres que existem sob o capitalismo são essenciais para sua natureza⁵¹. Isso não significa, obviamente, que a hierarquia de gênero não existisse antes do capitalismo, nem significa que o desenvolvimento da divisão do trabalho por gênero no capitalismo não dependesse da existência prévia de ideologia sexista e de uma divisão do trabalho por gênero no feudalismo. Muitos outros aspectos do capitalismo se desenvolveram a partir da sociedade feudal, mas, a partir de determinado momento, esses desenvolvimentos assumiram uma forma especificamente nova.

Se pudéssemos encontrar uma instância de uma sociedade capitalista na qual a marginalização do trabalho das mulheres não ocorresse, poderíamos ter o direito de considerá-la uma característica externa à estrutura do capitalismo. Contudo, não pudemos encontrar tal instância. Em seu livro *Women's Role in Economic Development*, Ester Boserup documenta, em detalhes, que a situação das mulheres nas economias do terceiro mundo parece piorar com a introdução de métodos capitalistas e industriais “modernos”. Mesmo quando o capitalismo entra em uma sociedade em que o trabalho das mulheres é o centro da economia, ele tende a efetuar a marginalização do trabalho das mulheres⁵². Ao afirmar que a economia capitalista requer a marginalização das mulheres, não estou afirmando que não podemos logicamente conceber um capitalismo em que a marginalização das mulheres não ocorresse. Em vez disso, estou afirmando que dada uma diferenciação de gênero inicial e uma ideologia sexista preexistente, um capitalismo patriarcal, no qual as mulheres funcionam como uma força de trabalho secundária é a única possibilidade *histórica*.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Uma teoria deve ser avaliada por padrões de coerência, consistência, simplicidade, poder explicativo, etc. Uma teoria social, no entanto, além desses, deve ser julgada de acordo com suas implicações práticas. Uma teoria pretendida como parte de um movimento político deve ser julgada de acordo com a capacidade de promover os objetivos desse movimento. Assim, nesta seção conclusiva, argumento que a teoria dos sistemas duplos tem algumas implicações práticas indesejáveis, que indicam ainda mais a necessidade de uma teoria materialista feminista que seja parte integrante de um marxismo renovado, em vez de meramente estar casada com o marxismo.

A teoria dos sistemas duplos foi desenvolvida, originalmente, por uma razão prática determinada. A esquerda era dominada por homens, descaradamente sexista, e rejeitava as preocupações feministas, alegando serem meramente burguesas. Mulheres socialistas, irritadas e frustradas, começaram a formar grupos de mulheres e defender a necessidade de um movimento autônomo de mulheres para corrigir os problemas da esquerda e desenvolver prática e teoricamente o feminismo. A teoria dos sistemas

duplos surgiu, em parte, como um elemento nesse intento do movimento autônomo de mulheres. Se o capitalismo e o patriarcado, o classismo e o sexismo, cada um deles tem fundamento em sistemas sociais distintos, então se ratifica a necessidade de um movimento autônomo de mulheres, dentro da esquerda.

Gostaria de evidenciar que considero que é absolutamente necessário, tanto para as mulheres quanto para a esquerda hoje, um movimento autônomo de mulheres, por todas as razões práticas geralmente pautadas pelas feministas. As mulheres devem ter espaço para desenvolver relações positivas entre si, aparte dos homens. Podemos aprender melhor a desenvolver nossas próprias habilidades de organização, de tomada de decisão, de fala e escrita, em um ambiente de apoio, livre de dominação masculina ou paternalismo. Um movimento autônomo de mulheres pode alcançar mulheres que veem a necessidade da luta contra o sexismo, mas ainda não visualizaram essa luta integrada à luta pelo socialismo. E assim por diante.

A indubitável necessidade prática de um movimento autônomo de mulheres, no entanto, não torna pertinente a teoria dos sistemas duplos. As diferentes posições de homens e mulheres dentro da divisão patriarcal capitalista do trabalho por gênero criam a necessidade estratégica de que as mulheres se organizem separadamente, para estarem em condições de desenvolver as próprias habilidades, tomar as próprias decisões e lutar contra os homens e seu sexismo. Disso, não se depreende, contudo, conforme conclusões de muitas feministas socialista, que são necessárias duas lutas separadas contra dois sistemas separados.

Tenho alguma dificuldade em conceber o que a luta contra o patriarcado, distinta da luta contra o capitalismo, pode significar em um nível prático. As questões dos direitos reprodutivos das mulheres, por exemplo, estão inquestionavelmente na linha de frente da luta pela libertação das mulheres. Se qualquer conjunto de questões pudesse ser destacado como envolvendo especificamente a luta contra o patriarcado, distinta da luta contra o capitalismo, alguém pensaria que seria a luta por direitos reprodutivos. No entanto, a luta real tem sido, e deve continuar a ser, contra o patriarcado *capitalista* integrado e agressivo sob o qual vivemos. À luz da recente decisão da Suprema Corte sobre a Emenda Hyde, sabemos, como nunca antes, que os direitos reprodutivos das mulheres pobres e do Terceiro Mundo estão mais seriamente ameaçados do que os de outras mulheres. Não reconhecer isso no passado foi uma falha séria do movimento das mulheres. Ao chamar a atenção para o tema da liberdade reprodutiva das mulheres, elas confrontam a realidade do sistema médico patriarcal capitalista. Além disso, as atuais lutas pelos direitos reprodutivos envolvem, necessariamente, o confronto com as estruturas do Estado patriarcal capitalista, que está, atualmente, em meio a uma crise fiscal. De uma perspectiva prática, portanto, não é possível simplesmente separar esse aspecto mais central da luta contra as estruturas patriarcais da luta contra as estruturas capitalistas.

Poderíamos propor a luta feminista contra o abuso sexual de mulheres como uma luta contra as estruturas patriarcais que não implicam uma luta contra o capitalismo. Algumas ações nessa luta não precisariam ter um impulso explicitamente anticapitalista, tais como aconselhamento sobre estupro ou patrulhas noturnas. Mas assédio e abuso sexual no local de trabalho, por exemplo, não podem ser separados do sistema total de hierarquia e subordinação fundamental às relações de produção capitalistas

contemporâneas. O assédio sexual, de uma forma ou de outra, é um modo rotineiro de controlar trabalhadoras, e é parte integrante da relação superior-subordinada em muitas fábricas e escritórios. A estrutura mais ampla da objetificação sexual das mulheres certamente não pode ser separada dos esforços capitalistas para vender, esforços para o qual constantemente exploram e expõem os corpos das mulheres como símbolos de prazer, luxo e conveniência⁵³.

Penso que existem razões práticas urgentes para rejeitar a noção de que o patriarcado e o capitalismo são sistemas separados que envolvem lutas políticas distintas. Tal abordagem continua a ver a ação política feminista como algo acima e além da ação política socialista anticapitalista. Isso coloca um fardo duplo sobre aquelas que se identificam como feministas socialistas, e falha em confrontar outros socialistas diretamente.

Como resultado da influência do feminismo, muitos indivíduos e organizações socialistas se tornaram mais autoconscientes em examinar seus próprios preconceitos e práticas sexistas, e estão mais cientes da necessidade das mulheres de se organizarem e lidarem com as questões concernentes a elas. *No entanto, em geral, os socialistas não consideram a luta contra a opressão às mulheres como um aspecto central da luta contra o capitalismo em si.* A teoria dos sistemas duplos estimula essa posição ao insistir que a opressão específica às mulheres tem seu locus em um sistema diferente do capitalismo. Como resultado disso, dentro do movimento socialista, as pautas das mulheres permanecem segregadas, geralmente tratadas apenas por mulheres; e o movimento socialista misto, como um todo, falha em levar as temáticas relacionadas à opressão às mulheres com a mesma seriedade que levam outros temas.

Uma teoria da opressão às mulheres sob o capitalismo, que mostrasse o capitalismo como *essencialmente* patriarcal, poderia mudar a relação entre a prática política feminista e a luta para transformar as instituições e relações capitalistas. Se é efetivamente o caso, de que a marginalização das mulheres e nosso funcionamento como uma força de trabalho secundária são centrais para o capitalismo, para seu desenvolvimento histórico e para constituir sua existência atual, então a luta contra a opressão às mulheres e contra nossa marginalização nesta sociedade é, em si, anticapitalista.

Barbara Ehrenreich definiu uma feminista socialista como uma socialista que vai ao dobro de reuniões⁵⁴. Essa definição não é inteiramente irônica, pois a compreensão atual do feminismo socialista ainda tende a ver a prática feminista como algo adicional à prática socialista. Nesse casamento, somos, atualmente, como a secretária apressada que, além de tudo, tem que fazer todo o trabalho na unidade doméstica.

Do meu ponto de vista, o que distingue a política do feminismo socialista é a sua adesão aos princípios segundo os quais se envolver em projetos de organização feminista em si conta como trabalho político socialista válido; e que todo trabalho político socialista deve ter uma dimensão feminista, pelo menos até chegar ao ponto de interrogar explicitamente sobre as implicações dessa atividade política para a opressão às mulheres ou sobre a relação das mulheres com o movimento socialista. A teoria dos sistemas duplos não fornece a base teórica que justifique tal afirmação sobre o significado da política feminista socialista. Somente uma teoria que considere as condições de opressão às mulheres como situadas em um sistema no qual essa opressão é um elemento central pode sustentar essa base.

¹ Original: YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lydia. **Women & Revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism**. Montréal: Black Rose Books, 1981, p. 43-69.

² Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis, membra do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social e do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6183475552707235>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8284-6605>. Email: livia.c.moraes@ufes.br

³ Doutorando em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre e Graduado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3200110399782377>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9103-0082>. Email: pedroag96@hotmail.com

⁴ Iris Young alterna entre os usos dos termos *marxian* e *marxist* quando menciona o arcabouço teórico de Karl Marx e seus adeptos. Assim, traduzimos *marxian* por marxiano/marxiana e *marxist* por marxista, e mantivemos entre colchetes o original nos casos em que avaliamos que poderia haver dúvida. O nosso entendimento é que o uso de “teoria marxiana” se refere às obras e categorias originais de Karl Marx, e que “teoria marxista” seria mais ampla, incluindo os desenvolvimentos teóricos que partem da obra de Karl Marx, porém trazem elementos, interpretações e categorias novas. Contudo, essa diferenciação não é tão evidente no artigo de Young, por isso a necessidade de acompanhamento do original (N.T.).

⁵ Aqui replicamos o que foi decidido com relação à tradução do livro “Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária” (2022), de Lise Vogel, editora Expressão Popular, de cuja equipe de tradução esta tradutora fazia parte. Optamos pelo uso de “teoria dos sistemas duplos”, ainda que, no Brasil, a expressão *dual-systems theory* já tenha sido traduzida como: teoria dos dois sistemas, teoria dos sistemas duais, teoria dualista, teoria dos sistemas duplos etc. A tradução por “teoria dos sistemas duplos” tem sido adotada na maioria dos textos da Teoria da Reprodução Social no Brasil, e também é bem literal, portanto didática, por isso a nossa opção por essa tradução (N.T.).

⁶ Para algumas outras declarações da teoria dos sistemas duplos, ver Linda Phelps, “Patriarchy and Capitalism”, *Quest*, Vol. II, n.2, Outono de 1975; Zillah Eisenstein, “Developing a Theory of Capitalist Patriarchy”, em Eisenstein, ed., *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism* (Nova York: Monthly Review Press, 1979), p. 5-40.

⁷ Juliet Mitchell, *Psychoanalysis and Feminism* (New York: Vintage Books, 1975), p. 409 [Juliet Mitchell, *Psicanálise e feminismo*: Freud, Reich, Laing e a mulher. Belo Horizonte: Interlivros, 1979].

⁸ *Ibid.*, p.406.

⁹ Ver Mina Davis Caufield, “Universal Sex Oppression: A Critique from Marxist Anthropology”, *Catalyst*, n. 10-11, verão de 1977, p. 60-77.

¹⁰ Compare a crítica de McDonough e Harrison a Mitchell em “Patriarchy and Relations of Production”, em Kuhn e Wolpe, ed., *Feminism and Materialism* (Londres: Routledge e Kegan Paul, 1978), p. 12-25.

¹¹ Ann Ferguson, “Women as a New Revolutionary Class”, em Pat Walker, ed., *Between Labor and Capital* (Boston: South End Press, 1979), p. 279-312.

¹² Essa é basicamente a posição que Mitchell articula em *Women's Estate* (Nova York: Vintage Books, 1973); ver também Sheila Rowbotham, *Women's Consciousness, Man's World* (Middlesex: Penguin Books, 1973), p. 61-63.

¹³ Ver Jane Flax, “Do Feminists Need Marxism?”, *Quest*, Vol. III, no.1, verão de 1976, p. 55.

¹⁴ Há problemas claros com a tentativa de Ferguson de descrever a família nuclear como um *modo* distinto de produção, mas não desejo ocupar espaço no artigo analisando-os. Primeiro, em sua ideia de produção afetiva-sexual não parece que quaisquer bens materiais sejam produzidos; é difícil compreender a noção de um modo de produção, no sentido marxiano [marxian], que não produz quaisquer bens materiais. Segundo, sua ideia pressupõe que o modo de produção afetiva-sexual poderia ter algum tipo de existência independente do modo de produção capitalista. Dado que nenhum bem material é produzido nele, no entanto, tal independência não é viável.

¹⁵ Ver Rosalind Petchesky, “Dissolving the Hyphen: A Report on Marxist Feminist Groups 1-5”, in Eisenstein, ed., *op. cit.*, p. 373-387.

¹⁶ Ver Eli Zaretsky, *Capitalism, the Family and Personal Life* (New York: Harper and Row, 1976); Ann Oakley, *Women's Work: The Housewife Past and Present* (New York: Vintage Books, 1974); Roberta Hamilton, *The Liberation of Women: A Study of Patriarchy and Capitalism* (London: George Allen and Unwin, 1978).

¹⁷ Em sua *Origin of the Family, Private Property and the State*, que é o ponto de partida para muitas dessas análises, Engels manifesta a mesma tendência. Ele divide todo o trabalho através de todos os períodos históricos em trabalho privado e trabalho público.

¹⁸ Batya Weinbaum and Amy Bridges, “The Other Side of the Paycheck: Monopoly Capital and the Structure of Consumption”, in *Eisenstein*, ed., *op. cit.*, p.190-205.

¹⁹ Para um relato recente incisivo e persuasivo sobre a base da sociedade de classes e do Estado na família patriarcal, ver Sherry B. Ortner, “The Virgin and the State”, *Feminist Studies*, Vol. 4, n.3, outubro de 1978, p.19-36.

²⁰ Karl Marx and Frederick Engels, *The German Ideology*, C. J. Arthur, ed. (New York: International Publishers, 1970), p.43; p.54. [Karl Marx; Friedrich Engels, *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007].

²¹ *Ibid.*, p.65.

²² *Ibid.*, p.52.

²³ *Ibid.*, p.68. Para explicações mais completas do significado do conceito de divisão do trabalho na teoria marxiana, e especialmente na *German Ideology* [*Ideologia Alemã*], ver Andreas Hegedus, “The Division of Labor and the Social Structure of Socialism”, em Peter Berger, ed., *Marxism and Sociology* (Nova York: Appleton-Century Crofts, 1979), p.128-145; ver também Benell Oilman, *Alienation* (Cambridge: Cambridge University Press, 1971), capítulo 24.

²⁴ Ver Hegedus, *op. cit.*

²⁵ Ver Raymond Williams, *Marxism and Literature* (Oxford University Press, 1977), p. 75-95. [Raymond Williams, *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979].

²⁶ Em versões anteriores deste artigo, designei esta categoria como “divisão sexual do trabalho”, em conformidade com o uso comum. Desde então, cheguei à conclusão, no entanto, de que “divisão de gênero do trabalho” captura melhor o fenômeno, porque, por meio do conceito de “gênero”, ele se concentra no significado social da divisão, em vez de uma divisão biológica ou “natural”.

²⁷ Para uma explicação das implicações econômicas e políticas da relação das mulheres com a unidade doméstica na sociedade grega antiga, ver Marilyn Arthur, “Liberated Women: The Classical Era”, em Bridenthal e Koonz, ed., *Becoming Visible* (Nova York: Houghton Mifflin, 1977), p.60-89; ver também Elise Boulding, *The Underside of History* (Boulder, Colorado: Westview Press, 1976), p. 257-263.

²⁸ Ver JoannMcNamara e Suzanne F. Wemple, “Sanctity and Power: The Dual Pursuit of Medieval Women”, in Bridenthaland Koonz, ed., *op. cit.*; ver também Elizabeth Janeway, *Man's World, Woman's Place* (New York: Dell Publishing Company, 1971), p. 13-22

²⁹ Em *The Dialectic of Sex* (Nova York: Bantam Books, 1970) [Shulamith Firestone. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor, 1976], Firestone pretendeu dar uma explicação materialista da opressão às mulheres. Estou sugerindo que o problema com sua explicação pode não ser sua pretensão de explicar classe por meio do sexo, mas sim a maneira completamente psicologicista com que ela o faz.

³⁰ Boulding, *op. cit.*

³¹ Há muitas evidências de que depende, por exemplo, em grande medida, da divisão de trabalho por gênero se uma sociedade é matrifocal ou patrifocal. Ver Bette S. Denich, “Sex and Power in the Balkans”, em Rosaldo e Lamphere, ed., *Woman, Culture and Society* (Stanford University Press, 1974).

³² Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering* (Berkeley: Berkeley University Press, 1978); Dorothy Dinnerstein, *The Mermaid and the Minotaur* (New York: Harper and Row, 1976).

³³ Boulding, *op. cit.*

³⁴ Grande parte da explicação de Judith Brown sobre o *status* relativamente alto das mulheres iroquesas depende de olhar para seu papel na produção e o controle sobre os recursos que elas têm, em virtude desse papel. Ver “Iroquois Women: An Ethnohistorical Note”, em Rayna Reiter, ed., *Toward an Anthropology of Women* (Nova York: Monthly Review Press, 1976).

³⁵ O livro de Mary Ryan, *Woman hood in America from Colonial Times to the Present* (Nova York: New View points, 1975) pode ser tomado como um exemplo da aplicação da abordagem que estou recomendando. Em seus relatos e explicações, ela sempre faz referência à situação econômica das mulheres e a sua atividade laboral, tanto dentro quanto fora da unidade doméstica. Ela nunca reduz a totalidade da situação de um momento a essa análise de divisão de trabalho, no entanto, e sempre inclui outros elementos em uma explicação específica.

³⁶ Heidi Hartmann, “Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex”, in Eisenstein, ed., *op. cit.*, p. 206-247.

³⁷ Barbara Ehrenreich and Dierdre English, *For Her Own Good* (Garden City, N.Y.: Doubleday Anchor Press, 1978).

³⁸ Hartmann, *op. cit.*, p. 207.

³⁹ Heleieth Saffioti, *Women in Class Society* (New York: Monthly Review Press, 1978), especialmente capítulo 12. [Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013].

⁴⁰Hartmann, *op. cit.*, p.209-211

⁴¹Ehrenreich e English, *op. cit.*, p. 6-9; Alice Clark, *Working Life of Women in the 17th Century* (New York: Harcourt, Brace, and How, 1920); Ann Oakley, *Women's Work*, *op. cit.*, capítulo 2; Kathleen Case, "The Cheshire Cat: Reconstructing the Experience of Medieval Women", in Berenice A. Carroll, ed., *Liberating Women's History* (Chicago: University of Illinois Press, 1976), p. 224-249; Mary Ryan, *op. cit.*, p. 19-82.

⁴²Saffioti, *op. cit.*, p. 53.

⁴³Marx, *Capital*, Vol. I (New York: International Publishers, 1967), p. 631-639 [Marx, *O Capital* (São Paulo: Boitempo, 2013)].

⁴⁴Elizabeth Faulkner Baker, *Technology and Women's Work* (New York: Columbia University Press, 1964), capítulo 1.

⁴⁵*Ibid.*, ver também Alice Kessler-Harris, "Women, Work and the Social Order", in Carroll, ed., *op. cit.*, p. 335.

⁴⁶Baker, capítulo 1; Kessler-Harris, "Stratifying by Sex: Understanding the History of Working Women", in Edwards, Reich, e Gordon, ed., *Labor Market Segmentation* (Lexington, MA: D.C. Heath and Company, 1975), p. 217-242.

⁴⁷Jane Humphries, "Women: Scape goats and Safety Valves in the Great Depression", in *Review of Radical Political Economics*, Vol. 8, n.1, primavera 1975, p. 98-121.

⁴⁸ Baker, *op. cit.* e Kessler-Harris, "Stratifying by Sex...", detalham o grau de segregação sexual nos EUA no século XIX; para um relato comparável para a Europa, ver Teresa M. McBride, "The Long Road Home: Women's Work and Industrialization", em Bridenthal e Koonz, ed., *op. cit.*

⁴⁹Ehrenreich e English, *op. cit.*; Ryan, capítulo 3; Ann D. Gordon e Mari Jo Buhle, "Sex and Class in Colonial and Nineteenth Century America", in Carroll, *op. cit.*

⁵⁰Kessler-Harris, "Women, Work and the Social Order", p. 333-337.

⁵¹ Ann Foreman argumenta que o tipo específico de trabalho doméstico que é alocado às mulheres sob o capitalismo é uma forma de trabalho peculiar e definitiva do capitalismo. O trabalho assalariado, ou seja, não é a única forma de trabalho que o capitalismo cria; ele também cria trabalho doméstico privatizado, e Foreman argumenta que este é um elemento integral do modo de produção capitalista. Ver *Femininity as Alienation* (Londres: Pluto Press, 1977).

⁵² Ester Boserup, *Women's Role in Economic Development* (New York: St. Martin's Press, 1970); ver também E.M. Chaney e M. Schmink, "Women and Modernization: Access to Tools", in Nash e Safa, ed., *Sex and Class in Latin America* (New York: Praeger, 1976).

⁵³Ver Ryan, *op. cit.*, p. 251-304.

⁵⁴ Documentos de Trabalho em *Socialist Feminism*, folheto disponível no *New American Movement*.

Recebido em: 06 de mar. de 2025

Aprovado em: 02 de mai de 2025